



PROCESSO LEGISLATIVO

Autor(res)

Jeferson Fernandes Pereira
Maria Eduarda De Oliveira Calixto
Yasmim Borges Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Nas sociedades em âmbito global, a lei assume um papel central na organização e regulação das interações sociais humanas. Como um conjunto de normas pré-estabelecidas pelo Estado, a lei estrutura todas as esferas da vida em sociedade, impondo direitos e deveres, garantindo a ordem, entre outras atribuições. Neste contexto, a legislação não apenas dita os princípios do comportamento individual, mas também define os fundamentos sobre os quais a convivência social deve ser estruturada. A partir do surgimento dessas normas que regulam todo um aparelho social, surge em sincronia o processo pelo qual essas normas terão que passar para que passem a ser definidas e aplicadas na realidade do convívio social. Este artigo propõe explorar as etapas, conceitos e princípios que norteiam este processo tão importante para a formulação das leis que regem a sociedade brasileira, trazendo um maior entendimento acerca dos detalhes que compõem esse processo.

Objetivo

Geral: Realizar um apanhado geral sobre as regras do processo legislativo e suas diretrizes para criação, promulgação e publicação de um projeto de lei, como também o funcionamento da lei em sociedade. Inclusive, alcançar o entendimento acerca do processo legislativo em relação as emendas, as leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resol..

Material e Métodos

O método de pesquisa descritiva e exploratória foi fundamental para investigar e compreender o processo legislativo, utilizando como principal fonte a literatura constitucional. Além disso, recursos disponíveis na biblioteca da faculdade Anhanguera em Taguatinga, bem como sites virtuais, desempenharam um papel crucial no estudo. A utilização da literatura constitucional como principal fonte de pesquisa proporcionou uma base sólida e confiável para o estudo do processo legislativo. A análise de textos legislativos, doutrinas e jurisprudências contribuiu para uma compreensão abrangente e fundamentada das questões abordadas.

Resultados e Discussão

No processo legislativo brasileiro, a participação ativa dos diversos atores políticos e da sociedade civil é essencial para garantir que as leis reflitam os princípios democráticos e republicanos. Através da apresentação de propostas



de emendas constitucionais, projetos de lei e outras iniciativas legislativas, os representantes do povo no Congresso Nacional têm a oportunidade de debater e deliberar sobre questões que afetam diretamente a vida dos cidadãos. Além disso, as diferentes espécies normativas, como emendas constitucionais, leis complementares, ordinárias, delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções, desempenham papéis distintos na organização e funcionamento do Estado brasileiro. Cada uma dessas normas tem impactos específicos sobre os direitos, deveres e garantias dos cidadãos, moldando as instituições e políticas públicas do país. Portanto, o processo legislativo não apenas reflete os valores democráticos da participação e representatividade, mas ...

Conclusão

No referido artigo foram demonstrados os principais pontos do processo legislativo através de uma pesquisa no Direito constitucional, bem como as etapas definidas em lei e seus requisitos para a publicação de um projeto legislativo. Em relação ao princípio da tripartição dos poderes, nota-se a primazia dos efeitos do Executivo, Legislativo e Judiciário para que uma lei venha ser publicada.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.464.
CULTURA GENIAL. O homem é um animal político. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/o-homem-e-um-animal-politico/>. Acesso em: 10 abril 2024.

Lenza, Pedro. Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - 21. ed. - São Paulo : Saraiva, 2017. Capítulo 9- Poder Legislativo, 9.13 Processo Legislativo (p.613) tópico 9.14- Espécies normativas (p. 655), tópico 9.14.1- Emendas (p.639) e tópico 9.14.2- Leis delegadas (p.658). tópico 9.14.4-Medidas provisórias (Coleção Esquematizado).

3ª MOSTRA
CIENTÍFICA



Anhanguera